

O SOCIAL FRENTE AO LEGAL: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

Alessandro Nepomoceno Pinto^(*)

Sumário: Introdução. 1 — O surgimento dos novos movimentos sociais no Brasil. 2 — O que são os novos movimentos sociais. 3 — Os novos movimentos sociais frente ao mundo jurídico. 4 — A crise no jurídico e os novos movimentos sociais. 5 — Por uma revisão de alguns dogmas. Conclusão.

Introdução

Os novos movimentos sociais fazem parte de nossa realidade neste final de século, aparecendo na imprensa tanto falada quanto escrita, sendo por alguns venerados, mas por outros odiados. Ódio tal que, neste ano de 1996, foi amplamente divulgado, em nível mundial, o episódio conhecido como a “Chacina de Eldorado”, no Pará, onde integrantes do *Movimento Sem Terra (MST)* foram atacados pela Polícia Militar que executou vários deles.

Surgidos da conscientização de seus problemas em comum, grupos de pessoas se reúnem, e, juntos, reivindicam melhores condições de vida, dignidade e igualdade, atuando em espaços não cedidos pelo Estado. Há movimentos que pretendem melhorar suas condições no próprio presente, como é o caso do Movimento Sem Terra (MST), outros pensam na preservação de boas condições ambientais para o futuro, como é a bandeira do *Movimento Ecológico*.

Os primeiros registros de estudos acadêmicos, tal como são conhecidos, datam de meados da década de 70, estes feitos pela Sociologia.

(*) Vencedor do I Concurso de Monografia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, categoria universitária.

Há muito que a Sociologia Jurídica mostra que o Direito tanto influencia a sociedade, quanto por esta é influenciado. E, nosso entendimento, para podermos atuar efetivamente como bons agentes jurídicos, são de suma importância os conhecimentos elementares das ciências sociais. Pontes de Miranda já afirmava que “o jurista não pode ser senão um sociólogo, que se especializa”¹.

Esta pesquisa objetiva analisar a influência destes novos movimentos sociais no Direito vigente. Para tanto, na primeira parte, abordaremos o surgimento desses movimentos no Brasil, para, em seguida, tentar buscar um conceito ainda não sedimentado na Sociologia. Em seguida, veremos a percepção que os novos movimentos sociais têm do mundo jurídico, observando as suas noções de justiça, Direito, lei e do Poder Judiciário. Após, analisaremos a influência destes no mundo jurídico, quais realçaram a crise do paradigma baseado no liberalismo do século XVIII, precisando, portanto, ser revisto. Por fim, no sentido de contribuir por um Direito renovado para o alvorecer do século XXI, demonstrar-se-á a necessidade de revisar alguns dogmas como da *legalidade*, *isonomia*, *neutralidade* e, sobre a relação da *justiça* com a *Justiça*, no afã de efetivamente contribuirmos para a criação de uma sociedade justa e fraterna.

1 — O surgimento dos novos movimentos sociais no Brasil

O Brasil possui vários movimentos sociais registrados em sua história. No início do século ocorreu o Contestado, o anarco-sindicalismo, os movimentos contra a carestia².

No entanto, os novos movimentos sociais, como hoje são entendidos, grassaram com vigor depois do golpe militar de 1964. Até então, existia um *pacto corporativista*, onde os movimentos sociais, tais como o sindicalismo e as associações dos moradores, estavam organizados sob os olhos paternalistas do Estado.

Todavia, no início dos anos 60, as carências urbanas, oriundas em boa parte do êxodo rural, fizeram alguns grupos quebrarem o *pacto populista*, tornando constantes as assembléias e passeatas em prol da resolução do problema da moradia. No meio rural a luta pela terra se fez notar, surgindo sindicatos e ligas camponesas desvinculadas do Estado. Também, é no início dos anos 60 que as idéias de Paulo Freire fizeram surgir o *MEB (Movimento de Educação de Base)*, lançando experiências para a educação popular e, também, questionando as relações de poder na educação.

Depois do golpe, em 1964, os movimentos sociais passaram uma fase de enfraquecimento, mas em face da repressão surgiram novas organizações de resistência, tais como: a de trabalhadores — que em 67 e 68 fizeram as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP); a dos estudantes — que no ano de 68 fizeram várias manifestações, onde numa delas morreu o estudante Edson Luís, intensificando o conflito. Na missa de 7º dia, na Igreja da Candelária, ocorre o famoso episódio onde quinze padres colocaram-se entre a polícia e as pessoas que foram participar do culto.

Nesse ano, em dezembro, o governo militar fechou os meios tradicionais da atuação política dos grupos organizados, através do AI-5, o qual levou a história política do país a viver um momento de *trevas*, até a vinda da redemocratização, na metade dos anos 80.

Foi na década de 70 que, não havendo mais como a sociedade atuar pelos meios políticos tradicionais, o fez na Igreja, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). As CEBs, embora surgidas no início dos anos 60, foram na década seguinte o único espaço de encontro popular, surgindo dela a Comissão Pastoral da Terra, em 75; a Comissão Pastoral Operária, em 78.

“As CEBs, como espaços moleculares de participação, propiciaram a proliferação de associações de moradores e o surgimento de outros movimentos na década de 70, contribuindo para despertar as forças populares frente à luta por melhores condições de vida.”³

A Igreja toma posição frente à ditadura depois da prisão e tortura de alguns de seus padres. Assim, em 1972, por iniciativa de D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo nomeado em 1971, surgiu a Comissão de Justiça e Paz, esta que atuou como uma reação ao regime militar. Em 1973, as igrejas cristãs lançaram uma campanha em favor dos direitos humanos, fazendo surgir os *Centros de Defesa dos Direitos Humanos*, importantes núcleos de luta e organização popular, quais de suma importância à redemocratização do país.

A década de 70 foi fecunda para a formação dos novos movimentos sociais, surgidos da base da sociedade civil, significando a tomada do espaço público. As mulheres, depois da revolução mundial dos costumes nos anos 60, passam a ter noção de sua desigualdade social, no momento em que começam a ocupar os espaços exclusivos masculinos. Em 1975, eleito o Ano Internacional da Mulher, surge uma onda “de movimentos ligados especificamente à questão feminina, e outros que vêm a mulher com o trabalho; os movimentos por creches, associações de empregadas domésticas”⁴.

O *Movimento Negro* surgiu dos debates promovidos desde 1974, no Rio de Janeiro, sobre a questão social que os envolvia. Decorrente destes, surge, em 1978, o Movimento Unificado Negro. Este é oriundo da tomada de consciência por qual o negro passou, travando uma luta contra a discriminação racial, reivindicando seus direitos como cidadãos detentores de tais.

Sendo a pressão social intensa, o governo militar cede, aparecendo a Lei da Anistia, em 1979, aos exilados e presos políticos, bem como, aos torturadores. Nesse mesmo ano, com a criação da Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, surgiram outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e, por consequência, outras lideranças políticas, oriundas dos movimentos operários, e dos acima citados.

A década de 80, considerada como a *década perdida* na Economia, representou aos movimentos sociais não mais um período de eclosão, mas sim “de espaço

político, de relação e envolvimento deles com o poder: tempos de enfrentar os limites da institucionalização, e a necessidade de melhor estruturação”⁵. Assim, acontece, devido o acirramento das *lutas do campo*, o surgimento do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTRST)*, atualmente conhecido simplesmente como o MST, portando a bandeira da reforma agrária, bem como melhores condições de vida e dignidade no campo. Também, sob a égide de um *novo sindicalismo*, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em meio à crise econômica que amainou as mobilizações operárias, devido o fantasma do desemprego.

E, por fim, ao final dos anos 80, surge outro movimento social de respaldo: o *movimento ecológico*. Este, resultante da conscientização que os bens naturais são limitados, enquanto que a ganância capitalista não. O liame que este movimento possui com os demais consiste na luta pela dignidade e pela vida.

Na década de 90, o MST, melhor organizado e estruturado, promoveu várias invasões de terras da União e de particulares não-produtivas, acirrando a luta no campo. Também, surgem grupos minoritários, apoiados por ONGs (Organizações Não-Governamentais), como a dos homossexuais, que buscam o seu espaço dentro da sociedade, lutando contra os preconceitos advindos de sua opção sexual, e reivindicando direitos, tais como o da mudança de sexo, o casamento, ...

2 — O que são os novos movimentos sociais

Muitos estudos sociológicos foram feitos para conceituá-los. Para o Direito, os novos movimentos sociais representam o surgimento de um novo sujeito coletivo, estranho ao paradigma liberal-legal⁶, suscitando novos tipos de conflitos que não se encaixam nas usuais fórmulas das resoluções previstas. São novos sujeitos que possuem a capacidade da auto-organização e autodeterminação, à margem dos espaços constituídos tradicionalmente, reivindicando melhores condições para si, através de um processo de identificação coletiva, esboçando um projeto coletivo de mudança social a partir de sua *praxis*. Esta, no sentido sociológico, entendida como a “atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem”⁷. Portanto, objetivam basicamente a busca da igualdade material, através mesmo da própria luta, conquistando o máximo de espaço político e social.

“O novo sujeito é social; são os movimentos populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas.”⁸

Para Castoriadis, os movimentos sociais caminham na busca de autonomias crescentes no plano individual e no plano coletivo. É através da conquista de autonomia que se geram as possibilidades de auto-instituição da sociedade, isto é, da autocriação do social.

“Movimentos sociais são as tentativas coletivas de provocar mudanças no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social.”⁹

Outra definição é dada a partir do surgimento do movimento social, ou seja, quando os grupos se organizam para “superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada”.¹⁰

3 — *Os novos movimentos sociais frente ao mundo jurídico*

Depois de vermos o surgimento dos novos movimentos sociais no Brasil, e o próprio conceito de movimento social, objeto primeiro da Sociologia, faz-se necessário vislumbrar como esses sujeitos coletivos entendem o *mundo jurídico*. Como vimos, buscam o seu espaço além daquele fornecido pelo Estado, a partir da conscientização coletiva de suas necessidades, tendo uma ideologia própria. Portanto, suas práticas estão baseadas no seu próprio cotidiano, e entendem que, para haver justiça, necessitam de igualdade, não a formal, mas a material.

Então,

“... a idéia de igualdade como condição de justiça perpassa pelos novos movimentos sociais, mas não é a igualdade do liberalismo, senão a que se faz concretamente, com redistribuição de bens, com reforma agrária.(...) A igualdade proposta pelos movimentos é uma igualdade que não se verifica sob critérios individualizantes e, sim, num contexto social preciso, é uma igualdade comunal.”¹¹

João Batista Moreira Pinto fez, por ocasião de sua dissertação de mestrado na UFSC, entre os anos de 1988 e 1990, uma pesquisa de campo sobre os novos movimentos sociais, no afã de apreender como eles percebiam a cultura jurídica.

Com base nestes dados coletados *in locus*, expor-se-á a visão própria que esses movimentos possuem sobre a Justiça, o Direito, a Lei e o Poder Judiciário. Enfim, veremos como os novos movimentos sociais entendem e portam-se frente à cultura jurídica vigente.

3.1 — *A noção de justiça*

O pesquisador supracitado notou que a palavra *justiça* faz parte do cotidiano dos novos movimentos sociais.

A noção apreendida de justiça não foi buscada na abstração, mas sim na concretude social, através da visualização da miséria, do desnivelamento do outro integrante. Assim, a justiça é atingida com a igualdade. Não a igualdade individual, mas a igualdade coletiva.

Logo, na perspectiva desses movimentos, a sociedade justa é “aquela onde a igualdade marcaria as relações sociais, em que cada um teria o necessário para uma vida digna e haveria oportunidades iguais”¹².

3.2 — *Sobre o Direito*

Os movimentos sociais colocam como principal empecilho, para o entendimento do Direito, a linguagem jurídica, hermética e nebulosa para a maioria, necessitando da ajuda do *doutor* para interpretá-la. No entanto, foi notado que no interior dos próprios movimentos, ocorrem *curiosos de legislação*, os quais visam tirar o jurídico do desconhecimento e mitificação. No entanto, o pesquisador observou que

“... o conhecimento restrito do jurídico, indicado pelos integrantes dos movimentos, refere-se mais à formalidade e à perspectiva técnica da Dogmática Jurídica, e não tanto à percepção e compreensão do Jurídico.”¹³

Portanto, o Direito não é percebido a partir do legal, do já instituído, mas através da constituição de uma consciência política e social.

3.3 — *Visão das leis*

As leis são compreendidas a partir da consciência de serem sujeitos coletivos detentores de direitos, oriundos de suas próprias necessidades — como os *sem-teto* ou os *sem-terra*, levados a agirem até mesmo contra a lei, visto esta ser

“... visualizada como instrumento de manutenção do poder de determinada classe, os direitos são percebidos como bases através das quais o homem ou determinada classe poderá lutar por sua dignidade”¹⁴.

Essa visão da lei leva os novos movimentos sociais até a agirem contra ela, pois em nenhum momento é visto como uma transgressão ao Direito. A ruptura com uma lei significa romper com as próprias bases culturais e sociais que a instituíram. Somente uma nova cultura com um movimento muito forte e coeso consegue tal intento, como é o exemplo do Movimento Sem Terra, ao contrário do Movimento Negro e os das mulheres, que necessitam de “uma revalorização pessoal e cultural para o estabelecimento de novas relações na sociedade”¹⁵.

Assim, através da luta por melhores condições de igualdade no espaço social, mesmo atuando contra a lei, estes movimentos conseguem ocupar espaços políticos, conquistando algumas leis para si, como, por exemplo, a Lei da Reforma Agrária, e a recente aprovação do rito sumaríssimo para a desapropriação de terras improdutivas.

“Esses movimentos trazem consigo uma perspectiva instituinte, ao se vincularem mais ao desejo que à lei. O instituinte é marcado pelo desejo, a lei é parte constituinte do instituído. Mas o desejo e lei — instituinte e instituído — se ‘inter-ferem’, um não se constitui sem o outro. O elemento instituinte, o desejo, faz com que o social-histórico esteja sempre em aberto; ele sempre superará o instituído, mas através de outra lei.”¹⁶

3.4 — Sobre o Poder Judiciário

Os novos movimentos sociais entendem que existe um fosso de incompreensão que os separa da instituição *Justiça*. A distância, ao seu sentir, é devida à vinculação do Poder Judiciário à classe dominante, onde, os movimentos, que “se sentem como integrantes da classe trabalhadora, incluem o Judiciário no conflito de classes e do lado do poder político e econômico”.¹⁷ Também o colocam como um *aparelho do Estado* ou vinculado ao *sistema*, sendo visualizado como forma de dominação de uma classe sobre a outra. Negam-lhe os princípios da neutralidade e da isenção, tão valorizados pelo Poder Judiciário. Também, questionam, a independência dos poderes, uma vez que o Poder Executivo exerce influências sobre a *Justiça*, e “a relação harmônica entre os poderes é entendida mais como correlação em um mesmo ‘sistema’, buscando manter as relações de poder estruturadas na sociedade”.¹⁸

Quanto à questão interna do Judiciário, muitos movimentos colocam que a *Justiça* ideal deve ser rápida e barata. Assim, os movimentos a entendem como “formalista, morosa, arcaica e restrita a uma parcela da população”.¹⁹ Por isso, clamam por um mais amplo acesso à *Justiça*. De outro lado, criticam as interpretações legalistas do corpo judiciário desvinculadas da realidade.

No entanto, o *movimento ecológico*, diferentemente dos demais, vislumbra o Poder Judiciário como um amplo espaço de lutas, nutrindo uma grande expectativa em relação a este. Isto pode ser devido ao fato de que os integrantes destes movimentos sejam oriundos da classe média, já entrosados com o funcionamento do aparelho legal-estatal, portanto, mais adaptados à estrutura de poder existente. Por sua vez, o *Movimento de Mulheres* entende-o discriminador e machista.

Assim, Moreira Pinto concluiu que os

“... novos movimentos sociais entendem que o Poder Judiciário não está a serviço de toda a comunidade; que suas decisões têm um cunho político e que são favoráveis à estrutura política econômica estabelecida, procurando manter a cultura instituída que esses movimentos questionam e com o qual buscam romper.”²⁰

Portanto, os movimentos aspiram a uma *Justiça* renovada, desvinculada das influências do poder político e econômico que, antes da forma, valorizem o conteú-

do social do conflito que deverá ser dirimido. No entanto, a importância deste jamais foi subestimada, pois como “não há sociedade sem desejo, esta não é possível sem lei, sem instituições e, com isso, sem algum órgão de resolução de conflitos”²¹.

Esta temática será aprofundada a seguir, bem como faremos uma análise da crise por qual passa o Direito vigente.

4 — *A crise no jurídico e os novos movimentos sociais*

Os novos movimentos sociais surgem num momento de crise do social, do político e do jurídico. Eles realçam a crise deste último, pois, como novos sujeitos coletivos, buscam criar direitos a partir da fonte não-estatal, reforçando a existência do pluralismo jurídico. Boaventura de Souza Santos coloca que:

“... existe uma situação de pluralismo jurídico sempre que no mesmo espaço geopolítico vigoram, oficialmente ou não, mais de uma ordem jurídica. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a um período de ruptura social como, por exemplo, num período de transformação revolucionária; ou pode ainda resultar, como nas favelas, da conformação específica do conflito de classes numa área determinada da reprodução social — neste caso, a habitação.”²²

Esta nova forma de produção jurídica realça, de uma forma especial, a crise que tomou posse do Direito. Para um melhor entendimento da questão, faremos uma abordagem do Direito como fenômeno social, oriundo de ideologias — o jusnaturalismo e o positivismo jurídico —, cujo debate estéril não contribui para a solução dos impasses emergentes no final deste século. Assim fazendo, buscar-se-á um Direito que efetivamente contribua para o fortalecimento da Democracia, alimentada pelo uso da cidadania plena, esta expressa, em nosso caso, através do livre acesso à Justiça para todos, sem qualquer tipo de discriminação. Com razão, Machado Paupério pondera que o

“... Estado, como árbitro do bem comum temporal, pode e deve impedir que os homens se dividam cada vez mais em duas e irreduzíveis classes: a dos que tudo possuem e a dos que nada podem possuir.”²³

4.1 — *A ideologia*

Para entender o Direito como um fenômeno social teremos que abordar a ideologia em seus vários significados. A pedra fundamental das ideologias modernas foi lançada na Revolução Francesa. Através desta colossal mudança na superestrut-

tura do sistema feudal, brotaram idéias que, até hoje, estão presentes como crenças e fundamentações do mundo.

A ideologia (eidos = idéias, logos = estudo) foi usada primeiramente pelo francês Antoine Destutt de Tracy (1754-1825), entendida no seu significado original, como ciência das idéias, ou seja, o estudo da origem, evolução e natureza destas. Mais tarde, passou a significar essas idéias mesmas, reunidas e estruturadas em certo padrão representando a aspiração de determinado grupo.

Atualmente, a ideologia possui vários significados, onde só na conceituação marxista possui mais de dez. Podemos simplificar dividindo-a em dois tipos de significados²⁴:

a) *Significado positivo da ideologia*: é compreendida como um sistema de idéias, valores, maneira de sentir de determinado número de pessoas. Cada componente do grupo tende a defender ou modificar essas concepções, como se fossem de sua própria autoria.

b) *Significado negativo da ideologia*: é entendida como uma falsa consciência justificadora e mantenedora das relações de domínio entre as classes sociais. Utilizando a perspectiva marxista, onde a sociedade é entendida sob o prisma dialético (burguesia x proletariado) em constante conflito – mola propulsora da história —, a ideologia será enfocada como uma maneira de apagar as diferenças caóticas entre as classes, fornecendo uma explicação racional na tentativa de ocultar que esta procede da esfera de produção. Assim fazendo, fornece o sentimento de identidade de todos perante a lei.

Já Gramsci classificava-a como uma “concepção do mundo de uma classe hegemônica, que se manifesta no plano da superestrutura que, agindo sobre a esfera estrutural, permitirá a interligação orgânica no seio do bloco histórico”.²⁵

4.2 — A ideologia no Direito

As ciências físicas e naturais, são uma das grandes *dores-de-cotovelo* para as ciências sociais, derivada do advento Positivista, iniciada por Auguste Comte. Seguindo a linha positivista, o pesquisador deverá conservar-se neutro no decorrer de sua investigação, pondo de lado os juízos de valores, para não prejudicar o resultado da pesquisa. Assim, foi tentado colocar o Direito nesta linha de pensamento, olvidando que este brota da sociedade, e junto com ela deve se transformar.

Desde os primeiros tempos busca realizar a justiça. Mas, quando reduz esta à lei, qual será entendida como uma norma sem valor histórico, não sujeita às transformações sociais — onde o intérprete segue o velho brocardo latino *dura lex, sed lex* —, expõe claramente a faceta ideológica, pois a elaboração legislativa representou, pelo menos na maioria das vezes, apenas o interesse médio de uma classe minoritária.

Duas ideologias jurídicas contraditórias, porém não dialéticas, se fazem presentes até os dias de hoje.

“As ideologias jurídicas têm reproduzido, em cada época e em cada lugar, fragmentos parcelados, montagens e representações místicas que revelam a retórica normativa e o senso comum legislativo de um modo de produção predominante.”²⁶

4.2.1 — *O jusnaturalismo*

É a principal tendência idealista na tradição do pensamento jurídico. Reivindica a existência de uma lei natural, imutável, acima de todos e de tudo, vinda de diferentes origens, tais como: da ordem natural das coisas, do instinto social, razão do homem, crença em um Ser superior.

É uma concepção que se choca frontalmente com a do Direito Positivo. Alguns doutrinadores defendem que, em caso de conflito, prevalecerá o Direito Natural.

Existem três formas de concepções da ideologia jusnaturalista, a saber: a cosmológica, a teleológica e a antropológica.²⁷

A *cosmológica* tem origem na ordem cósmica, na própria *natureza das coisas*. Esta concepção fornece uma boa desculpa para conservar a dominação imposta. Vemos, através da história, pensadores como Platão, Sócrates, Aristóteles, que defendiam a idéia do sistema escravagista existente em suas sociedades, pois entendido era como um processo natural e necessário para manter o ócio, visto o trabalho não ser uma atividade nobre para os cidadãos.

A segunda é a *teleológica*, ligada à lei divina. Deus, na sua sapiência divina, daria o respaldo necessário para o soberano governar, desde que o sacerdote (Igreja) o abençoasse. Poderiam até acontecer alguns erros no governo, mas a Providência os retificaria, segundo Santo Agostinho. “O que ‘Deus criou e mantém’ se entende que exprime o que Deus quer e consagra. De outra forma, o Senhor destronaria o soberano, com um divino pontapé no traseiro”.²⁸ Essa concepção serviu como uma *luva* na Idade Média, para a estrutura aristocrática-feudal, onde Deus era uma espécie de político. Enfim, uma concepção ideal para os Estados absolutistas.

A burguesia ascendente revolta-se contra o antigo regime, e neste embalo surge a terceira concepção, conhecida como *antropológica*. A burguesia passa a alicerçar uma ideologia jurídica liberal contratualista, fundamentada na razão humana. Usam a função ideológica para promover as mudanças nas relações sociais, semeando os caros princípios liberais da igualdade, liberdade e fraternidade. Mas, é claro, não explicitando os verdadeiros atores beneficiados. Porém era a igualdade entendida como ser também um burgês. Depois de chegar ao poder, o Direito Natural não possuía a ênfase inicial,

voltando os revolucionários liberais a tomarem novamente as rédeas do conservadorismo. Michel Miaille deixa clara esta situação, quando diz que a ideologia do Jurnaturalismo

“... é a forma específica da legitimidade de uma ordem criada por via revolucionária. A invocação do direito natural foi sempre a forma através da qual as classes se revoltaram com a ordem estabelecida (e) conferiram legitimidade à sua reivindicação de criar direito...”²⁹

Ofuscado pelo Positivismo na metade do século XIX, o Jurnaturalismo ressurgiria com ímpeto após a Segunda Grande Guerra, onde os conceitos do Direito Natural serviriam de fundamento às sentenças da Justiça alemã, anulando velhas decisões embasadas nas leis nazistas.

4.2.2 — *O positivismo jurídico*

Conseguiu eclipsar o Jurnaturalismo na metade do século XIX, e, atualmente, é a doutrina jurídica de maior destaque na América Latina. A *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* pondera que o Positivismo é a praga jurídica nacional. Por quê? Ora, o Positivismo reduz o Direito às normas estabelecidas, descartando todos os princípios e juízos valorativos, numa suposta neutralidade científica

“O direito, em sua formação e estruturação, é o grande responsável pelo formalismo que marca o enfoque do problema da justiça, já que ele é profundamente marcado pela tradição aristotélica e romana, pela apresentação lógico-formal e, modernamente, pelo positivismo, o que o torna fechado em si mesmo, circulando num universo normativo onde não há lugar para as contradições reais que atravessam a sociedade.”³⁰

Lyra Filho, em sua análise, divide o Positivismo Jurídico em três tipos, a saber: o legalista, o historicista ou sociologista, e o psicologista.

No *Positivismo Legalista*, a lei é soberana e suprema, oriunda de uma fonte estatal que será a legítima representante das aspirações populares. Não será permitido nem mesmo invocar o costume contra a lei, devido à superioridade desta.

O *Positivismo Historicista* ou *Sociologista* busca as formações anteriores à lei. Logo, são as normas jurídicas não escritas invocadas como sendo “o espírito do povo”. Claro que serão costumes, na sua maioria, daquelas classes que detêm o poder.

O terceiro tipo é entendido como o *Positivismo Psicologista*, em que um grupo da classe dominante exprime a cultura e, desta forma, molda a organização social. O comportamento divergente do grupo alheio é visto como antijurídico, subcultural.

O Positivismo Jurídico levou à criação de múltiplas correntes, como a do *Normativismo Dogmático* de Hans Kelsen (1881-1973). Kelsen defendia que o Direito deveria ser isento de qualquer manifestação exterior, visto ele valer por si só. A Teoria Pura do Direito esvazia o conteúdo social da regra jurídica, quanto à compreensão de um direito supralegal, porque a logicidade da Ciência Jurídica está na exata realidade das normas: “o que é”, “como ‘é’”, e não “como deve ser”. Assim, toda fonte de validade e eficácia da ordem jurídica está embasada no direito positivado. Sob este prisma, o Direito será uma bela forma de legalizar quem assume o Poder, mesmo ilegitimamente. Rui Portanova, observa que

“... nem Kelsen foi neutro. Pelo contrário, sua Teoria Pura é o mais seguro indicador de uma ideologia. Tal ideologia no aspecto externo atende ao interesse de justificar o afastamento dos juristas da problemática social.”³¹

4.3 — *O Direito em crise*

Patologicamente, crise significa uma alteração sobrevinda no curso de uma doença. No caso político-social-econômico poderá possuir vários significados. Segundo o pensamento de Gramsci “uma crise consiste no fato de que o velho está morto ou morrendo e o novo ainda não pode nascer; sendo que nesse interregno surge uma grande variedade de sintomas mórbidos”³².

Verificando a origem etimológica, crise deriva do radical grego que significa crescer. Filosofando, poderemos concluir que, em certos aspectos, a crise será de suma importância, pois, em condições harmônicas, muitas das soluções tidas como geniais hoje, talvez, não teriam acontecido. Podemos ir até mais longe, afirmando que a crise desperta instintos antes não conhecidos e valores olvidados. Enfim, ela cria condições para que as idéias adormecidas na teoria sejam postas em prática.

O Direito está em crise. O seu paradigma liberal legal não consegue atender às necessidades da sociedade contemporânea. Machado Paupério, observa que:

“... as fórmulas do individualismo liberal relativas ao Estado de Direito com a pregação constante e abstrata da ‘liberdade e igualdade’ tornaram-se meras ficções para as massas pobres, despidas de qualquer propriedade.”³³

A crise do Direito, contextualizando-a historicamente, provém de outras crises. Para sistematizar a explanação da crise no Direito, dividiremos os tópicos na tipologia a seguir: crise à órbita capitalista, crise nos agentes jurídicos.³⁴

4.3.1 — *Crise à órbita capitalista*

O Estado liberal foi um eficiente promotor do capitalismo concorrencial e do processo de concentração de capital. A industrialização acelerada produziu novos atores sociais, com seus antagonismos e confrontações. De um lado surge a burguesia e, do outro, o proletariado fortalecido. Os confrontos, no âmbito do Direito, de individuais passaram para coletivos (sindicatos, organizações populares). A ordem liberal legal encontrou um dilema: manter suas tradicionais características, ou, então, adaptar seus códigos formais e individuais às novas demandas populares, com a devida politização do Judiciário. É o que coloca Zaffaroni, em sua obra sobre a crise do Poder Judiciário, ponderando que para mudar o estigma do juiz *asséptico*, alienado da sociedade em que também faz parte, isto produziu

“... pela burocratização ou pelas profundezas do primitivismo judiciário, é conceber o juiz como integrado plenamente e por direito próprio à sociedade civil, quer dizer, o juiz cidadão, que participa das inquietações, dos movimentos e das necessidades da vida coletiva.”³⁵

Nota-se, também, a crise na ordem capitalista através:

Da crise política: falta de ética e probidade dos representantes, que acabam refletindo na economia; nas necessidades básicas, tais como: saúde, alimentação, moradia, onde são cada vez mais retraídas; nos setores médios da classe trabalhadora sofrendo a proletarianização, ocorrendo a perda do poder aquisitivo; nas retrações nos benefícios de direitos adquiridos, como: salário-desemprego, alocações familiares e outros.

Estas caracterizações são algumas das muitas existentes na ordem capitalista, sendo encontradas tanto nos países centrais, quanto nos periféricos.

4.3.2 — *Crise nos agentes jurídicos*

Se o Poder Judiciário faz parte natural desta crise no capitalismo, logo, ele também está *mal das pernas*. Não só as instituições, como os próprios operadores jurídicos sentem que, parodiando Shakespeare, “há algo de podre no Reino da Dinamarca”. Vejamos alguns questionamentos feitos da ordem legal e da justiça.

a) Crise no Poder Judiciário — congestionado, moroso — e sua eficácia enquanto poder harmônico e independente em evidente desgaste. Numa interessante avaliação da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Justiça Penal, notamos esta crise, visualizado num enfoque internacional, que, por indução, notamos o reflexo no Poder Judiciário como um todo:

“a) é indispensável a inadequação dos sistemas da Justiça Penal em vários países, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

atrasamento aos tribunais e prisões; profissionalização do crime; cifras negras da criminalidade, ou seja, a criminalidade que escapa a toda detecção oficial; o crime organizado e o crime de colarinho branco, que escapam à repressão penal;

b) morosidade do processamento criminal, seu elevado custo, bem como o do sistema penitenciário;

c) as normas jurídicas e o aparelho judiciário têm por missão proteger a 'ordem estabelecida', que defende valores contestáveis, pois comportam discriminações e privilégios;

d) na maioria dos países, os mecanismos jurídicos são ultrapassados ou inautênticos; qualquer que seja a vontade dos juizes, as penas que impõem desencadeiam a estigmatização social dos indivíduos, que são sujeitos, meros objetos;

e) não se atribui qualquer valor aos delinqüentes condenados, o que constitui um fator de desengajamento social e, portanto, de reincidência;

f) é deplorável o descrédito da Justiça Penal, perante a opinião pública, em numerosos países. Ora a ação judiciária se apresenta muito indulgente, ora muito severa, estranha à realidade social; seus cenários e seu discurso são outros;

g) a imagem da Justiça Penal é demasiadamente mistificada e ritualizada, seus cenários, a roupa de seus funcionários, seus discursos, sua linguagem são próprios para 'iniciados', para profissionais cuja escolha de carreira, formação e hierarquia denotam as concepções e os critérios próprios das classes elitizadas, distantes daquelas a que se destinam as normas e o rigor penal;

h) resulta daí uma inautenticidade nas relações entre a vítima e o autor; entre este e a polícia, o procurador, os juizes e os agentes penitenciários. O cidadão comum hesita, muitas vezes, em recorrer à Justiça Penal, mesmo quando foi vítima de um fato penal; cidadãos honestos gabam-se de não ter jamais comparecido à Justiça, mesmo como testemunhas. A Justiça Penal se mostra freqüentemente alienante (Procedimentos Judiciais e outras formas de Controle Social na Prevenção do Crime, *in Rev. de Direito Penal*, n. 24, Forense, 1979, p. 24 e seguintes)³⁶.

b) transgressões em massa;

c) desmistificação de falácia ideológica de neutralidade do Judiciário;

d) não acesso à Justiça aos marginalizados socialmente;

- e) crise no ensino jurídico;
- f) crise do ideal de Justiça;
- g) falta de uma visão totalizante a respeito do Direito e da sociedade.

Estes foram alguns dos questionamentos que surgiram na órbita do Judiciário. No entanto, existem muitos operadores jurídicos que tomaram consciência da atual situação, levando o assunto à tona e, como também reformulando suas práticas judicantes, embasados no mais alto espírito democrático e de justiça, conhecidos não só aqui, como no mundo, pois um fenômeno mundial é de *alternativos*, os quais buscam o uso alternativo do Direito, através das lacunas deixadas pelo sistema legal, tomando uma posição frente uma flagrante injustiça que beneficia exclusivamente o mais forte, em detrimento do mais fraco.

“A sobrevivência daqueles que não introjetam completamente as regras de subordinação e burocratização depende do grau de flexibilidade da estrutura judiciária concreta, do âmbito de arbitrariedade do poder de destituição e ascensão do poder de cúpula e do ambiente político-social em que se insere o sistema. Quando o ambiente é consideravelmente democrático, freqüentemente essas pessoas, que do ponto de vista do processo de burocratização podem ser consideradas como produtos *defeituosos* do sistema, são impulsionadoras dinamizantes de uma evolução para mudanças estruturais do modelo, ou seja, no sentido do modelo democrático contemporâneo.”³⁷

Assim, estes ao contrário de ficarem contemplando o mundo em suas confortáveis posições sociais, resolveram ser os *pedreiros* que construirão um *edifício* com bases de justiça, *paredes* de igualdade material, pintadas com a *tinta* da liberdade e conscientização, localizado na *avenida* da História.

5 — Por uma revisão de alguns dogmas

Basicamente o dogmatismo busca afirmar que a verdade absoluta pode ser atingida, tanto no plano especulativo quanto no prático (dogmatismo total) ou, pelo menos, num destes planos (dogmatismo parcial).

“O dogmatismo, portanto, envolve sempre a afirmação de certo aspecto do absoluto como cognoscível. A palavra *dogma*, aliás, traduz esse significado. Dogma é aquilo que é posto como princípio ou doutrina. É por esta razão que a Ciência Jurídica se manifesta como *Dogmática Jurídica*, quando ela tem por objeto de estudo as normas jurídicas vigentes, aceitas como ponto necessário de partida para a determinação do Direito Positivo.

O Direito Positivo constitui-se, pois, como base no conjunto de regras e preceitos postos pelo legislador, pelos costumes, ou pela jurisdição e por convenções lícitas, e que, pelo simples fato de serem vigentes, devem ser havidos como obrigatórios” (Reale, 1986, p. 161).

O Direito está em crise. Vários são os motivos. Um dos principais, é que a metodologia tradicional técnico-formal não está conseguindo dirimir os conflitos surgidos das novas demandas e atores sociais. Um dos dogmas, oriundos do Positivismo Jurídico, põe o Direito como um fenômeno acima dos vis mortais, regulando as contendas através da aplicação de normas coativas, onde cabe ao magistrado, diante das regras postas, dirimir os conflitos sem fazer valorações. Ora, o

“... Direito é um termômetro das relações sociais em dada sociedade pois, se de um lado ele é um dever ser, um conjunto normativo ideológico, de outro ele é um fenômeno observável que surge dos conflitos sociais e serve para controlar esses mesmos conflitos. Assim, o Direito é ideológico, é interessado, é parcial e é uma ordem emanada do poder para controlar os destinatários segundo os interesses e a ideologia dos grupos que legislam.”³⁸

Seguindo a dialética de Heráclito, onde tudo está em permanente transformação, este *verniz* colocado no Direito já partiu, dando lugar a uma nova concepção, à qual tenta ser um meio de contestação e libertação. Esta entende o jurídico como um fenômeno social, uma ciência sócio-valorativa de problemas práticos com resultados concretos. Enfim, onde perduram decisões criativas, criadoras de justiça, em face daquelas feitas mecanicamente.

Dessa maneira, intentaremos fazer uma abordagem desmistificando os principais axiomas do dogmatismo atual, tratando de pôr o *rei a nu*, mesmo que, hoje em dia, ele esteja com uma real veste de tecido transparente.

5.1 — *Legalidade*

A visão tradicional diz que o homem sempre almejou a paz. Esta só é conseguida quando o Direito, através das normas, mantém a ordem e a segurança. Sendo intangível ao ser humano conquistar a paz absoluta, então ele opta pelo ideal-meio da segurança. Assim, a paz social é atingível através da aplicação da lei, qual será válida para todos, visto a igualdade formal. Tal é a importância dada a lei que, alguns autores a identificam como sinônimo de justiça.

Partindo de uma base crítica, não poderemos reduzir o Direito à lei, pois poder-se-á praticar injustiças, visto que, muitas vezes, aquela representa apenas o interesse de uma minoria que, tendo acesso aos aparelhos legais, promulgam leis em benefício de seus próprios interesses.

“O ideal de justiça não encontrou realização efetiva nas leis e códigos liberais, tecnicamente muito bem elaborados, porém formais e afastados da realidade social e econômica, sendo, na verdade, outras tantas formas de dominação.”³⁹

Logo, a lei não revela o Direito, e sim funciona, muitas vezes, como um meio de consagrar privilégios. Isso não quer dizer que deva ser abandonado o Estado e a ordem legal positivada, mas sim tomar posição diante dela, desvendando o seu caráter ideológico, compreendendo que ele transcende as normas estáticas. Assim, o Direito é conteúdo, e a lei é forma. O valor próprio do Direito é atingido na realização da justiça, esta

“... não entendida como simples relações extrínsecas ou formal, aritmética ou geométrica, dos atos humanos, mas sim como a unidade concreta desses atos, de modo a constituírem um *bem intersubjetivo* ou, melhor, o *bem comum*”⁴⁰.

5.2 — Isonomia

O Liberalismo nos forneceu a máxima: todos são iguais perante a lei. Esta aspiração nasceu devido às discrepâncias que havia entre a burguesia e a nobreza, a qual pouco ou nada produzia, além de não pagar impostos. Com o advento da Revolução Francesa, e aos brados de *liberdade, igualdade e fraternidade*, os burgueses tomaram o poder. O problema ideológico da igualdade foi que para ser igual deveria, necessariamente, ser burguês...

“O *direito de igualdade* não tem merecido tantos discursos como a *liberdade*... É que a *igualdade* constitui o signo fundamental da democracia. Não admite os privilégios e distinções que um regime simplesmente liberal consagra. Por isso é que a burguesia, cônica de seu privilégio de classe, jamais postulou um regime de igualdade tanto quanto reivindicara o de liberdade. É que um regime de igualdade contraria seus interesses e dá à liberdade sentido material que não se harmoniza com o domínio de classe em que assenta a democracia liberal burguesa”.⁴¹

Muitos dos operadores jurídicos foram formados sob este manto quente e confortável da igualdade formal. Segundo esta formação, a igualdade é o ideal de justiça. Só assim a liberdade e o ideal democrático estariam garantidos.

Ora, quando existe uma igualdade formal onde inexistia a igualdade de fato (material ou substancial), iniciar-se-á um processo de injustiças. Se os indivíduos são naturalmente diferentes uns dos outros, como tratar igualmente os desiguais? Então, como regra de justiça, seria de bom alvitre tratar desigualmente os desiguais e, igualmente

te aos iguais. Ao contrário, ter-se-á somente um *fazer justiça* colimando aos interesses de uma minoria. Como tratar igualmente um crime de *colarinho branco*, que freqüentemente dilapida o erário, com o de uma pessoa desempregada, favelada e analfabeta!

Concluimos que só haverá democracia, com igualdade e liberdade, quando todos tiverem o mesmo acesso aos bens econômicos e culturais, pois, só assim existirá liberdade do sujeito conhecer sua história e sua posição dentro da sociedade. Portanto, ter-se-á liberdade real de saber escolher o que é bom para si e para a coletividade. Dessa forma, quiçá, a pobreza poderá ser extirpada, pois, ser pobre não é apenas não ter, mas sim, ser proibido de ter. “Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens”⁴². Portanto, fazer justiça não é nobreza de sentimentos, estilo *bom juiz Magnaud*, mas sim reconhecer quem é o lobo e o cordeiro dentro do contexto social.

5.3 — *Neutralidade*

Na visão tradicional, o Poder Judiciário possui uma peculiaridade em relação aos outros poderes: a neutralidade do magistrado ao julgar objetivamente. Ser parcial é perversão. Deverá o juiz se prender no texto da lei e *flutuar* entre as partes, evitando ao máximo a subjetividade, pois, caso contrário, colocará em risco a paz social e a segurança, tão necessárias ao juiz *asséptico*, termo cunhado por Zaffaroni.

“Ao pretender que o juiz como pessoa possa ser ‘neutro’, por dotes pessoais que o situam acima dos conflitos humanos, associa-se à sua imagem pública um componente sobre-humano ou divino, que obviamente não é mais do que um produto de manipulação, mas que chega à imaginação coletiva e produz exigências de atitudes dirigidas aos juízes, sob o ângulo desta percepção de seu perfil.”⁴³

Este tipo de mito só serve àquele que não quer ser responsabilizado pelos efeitos futuros de suas sentenças. Como uma pessoa vai permanecer neutra diante das partes, sendo que o próprio Direito não o é, visto este conformar-se de acordo com os valores da sociedade, modificáveis com o período histórico onde ela (sociedade) está inserida.

Os Kelsenianos convictos refutariam afirmando que o Direito é uma ciência neutra e objetiva. Porém, o jurista não o é, pois ele serve à ordem e à segurança. Resta perguntarmos a ordem e a segurança de quem e para quem? A ordem de uma minoria que dispõe de um Congresso para a confecção de suas leis, conseguidas através do fisiologismo político e a compra de votos? Ora, sabemos que o juiz, na sua maioria, são oriundos da classe média. Então, não há motivo para se esconderem atrás da suposta neutralidade científica existente nas leis, pois elas são políticas decodificadas em vontade política, constantemente influenciadas pelo sistema capitalista, refletindo a vontade do mais forte economicamente.

5.4 — *Justiça e Poder Judiciário*

Na visão tradicional, com a devida separação de Poderes, o Judiciário será um funcionário executor da lei, que aplicará ao caso concreto uma regra abstrata. Por sua vez, a *Justiça Social* está a cargo dos outros órgãos (Legislativo e Executivo).

Seguindo este pensamento, o Poder Judiciário não merecerá o nome de “Poder”, pois será um subalterno obediente aos comandos emitidos dos demais Poderes. Um servo do rei, e não dos cidadãos, como seria sua função. Como súdito do cidadão, o Judiciário deve colaborar com o Executivo e o Legislativo, na resolução dos problemas sociais. Agindo nesta linha, o Judiciário passará de mero “escravo” — de leis emanadas, oriundas, quase sempre, de pessoas influenciáveis por uma minoria detentora das forças produtivas — para o lugar que é o seu: o de realizar a *Justiça Social*, cujo “conceito, renovado e atual, pelo qual não nos fascina a afirmação de liberdade meramente formal, porém a implantação inadiável de uma sociedade moralmente justa”.⁴⁴

Uma justiça libertária que responda aos reais anseios daqueles que a procuram, quiçá, moldada no lema de “cada um segundo a sua necessidade” e não mais no “dar a cada um o que é seu”, pois, se for assim, ao pobre será dadas a pobreza e ao rico a condição de acumular mais capital.

“‘Dar a cada um o que é seu’ é uma expressão carente de sentido, mas freqüentemente usada para definir uma das dimensões da justiça, porque é uma frase vazia, sem sentido, e que, por isso mesmo, se reveste de grande utilidade. Tudo e nada podem ser ‘o seu de cada um’.”⁴⁵

Por fim, Machado Paupério também entende que

“... a cada um segundo suas necessidades é um dos princípios de justiça, máxime da justiça social, que deve hoje, em virtude das condições do momento histórico que vivemos, ser crescente em matéria de proteção social.”⁴⁶

Conclusão

Primeiramente, fizemos uma breve incursão histórica vendo o surgimento recente destes novos movimentos, como são conhecidos hodiernamente. Notamos que até o golpe militar muitos já haviam surgido, criticando a ordem instituída, até que, com a ditadura, foram sufocados, surgindo, timidamente, com o respaldo da Igreja (instituição) e, florescendo com vigor, após os anos 80.

Em seguida, buscamos tentar conceituá-los. Observamos que o seu conceito não está sedimentado nas Ciências Sociais, pois são movimentos que brotaram recentemente e com espontaneidade, ou seja, sem a vontade Estatal.

Após, fomos entender como os novos movimentos sociais, com uma cultura instituinte, portam-se frente à cultura jurídica instituída, buscando apreender a percepção que eles possuem da justiça, do Direito, das leis e do Poder Judiciário. Notou-se, na maioria deles, uma forte descrença pelo mundo jurídico.

Na quarta parte, fomos analisar as influências que os novos movimentos sociais trouxeram ao Direito. Ponderamos que estes vieram apenas realçar a crise por que o último passa. Crise oriunda de um paradigma fundado no Liberalismo individualista do Século XVIII, que não consegue atender aos anseios de um sujeito coletivo, e, portanto, dirimir os conflitos de natureza coletiva.

Por fim, buscamos fazer uma reflexão no sentido de mudar alguns dogmas, tão caros ao Direito posto, fundado numa ideologia positivista. Dogmas como da legalidade, onde tentamos demonstrar a diferença entre a lei e a justiça. Concluímos que a lei, para ser justa e legítima, tem que estar fundamentada num conteúdo ético. Logo, faltando à lei seu fundamento ético, falta-lhe qualquer conteúdo jurídico. “Desta forma, a lei evidentemente injusta — não contendo direito — não tem validade, do que decorre não ter positividade, logo não tem poder vinculante”.⁴⁷

Refletimos sobre a *isonomia* e notamos o quanto é falaciosa a igualdade formal, podendo chegar às raízes da injustiça, pois as pessoas são naturalmente desiguais. Deve-se buscar sim, a igualdade material, ou seja, a igual oportunidade de todos desenvolverem as suas capacidades e aptidões. Outro dogma analisado foi o da *neutralidade* do juiz, qual impossível, pois tal é um ser pertencente à sociedade, e nela inserido está. Todavia, sabendo que o juiz não pode ser neutro, isto não quer dizer que em sua atividade jurisdicional não deva ser imparcial. Finalmente, refletimos sobre o Poder Judiciário e a justiça. Concluímos que o primeiro deverá sempre buscar atingir a *justiça social*. Fazendo assim, plantará sadias sementes da democracia, as quais farão brotar uma sociedade mais fraterna, igualitária e livre, como aspiravam os revolucionários franceses.

Bibliografia

AGUIAR, Roberto A. R. *Direito, poder e opressão*, 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. 184 p.

_____. *O que é justiça*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987. 123 p.

ARNAUD, André-Jean. O jurista no alvorecer do século XXI. in: *Lições de Direito Alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 25-41.

ARRUDA Jr., Edmundo Lima de. Direito Alternativo — notas sobre as condições de possibilidade. In: *Lições de Direito Alternativo*. (org. Edmundo Lima de Arruda Jr.). São Paulo: Acadêmica, 1991. pp. 71-98.

_____. Direito alternativo no Brasil: alguns informes e balanços preliminares. In: *Lições de Direito Alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica, pp. 159-177.

_____. *Gramsci e o direito: elementos para reflexões sobre novas juridicidades*. (texto)

_____. Reflexões sobre um ensino jurídico alternativo. In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 57-64.

AYDOS, Marco Aurélio Dutra. O juiz-cidadão. In: *Lições de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1999, pp. 121-130.

CARRION, Eduardo Kroeft Machado. O poder Judiciário, o juiz e a lei. In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 65-70.

CLÈVER, Clèmerson Merlin. Uso alternativo do direito e saber jurídico. In: *Lições de Direito Alternativo*. São Paulo: 1991, pp. 99-120.

COELHO, Luiz Fernando. Do direito alternativo. In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, pp. 9-18.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1990, 111 p.

DINIZ, Maria Helena, *A ciência Jurídica*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 184 p.

FARIA, José Eduardo. O modelo liberal de direito e Estado. In: *Direito e Justiça — a função social do Judiciário*, pp. 21-35.

_____. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: RT, 1992.

GENRO, Tarso Fernando. Em defesa do poder normativo e da reforma do Estado. In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 95-98.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. de João Batista Machado. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 371 p.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Voltar à teoria da justiça? In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, n. 1, pp. 9-18.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 130 p.

MACHADO, Marcello Lavenère. Justiça social e direito injusto. *Conferência Nacional dos Advogados do Brasil*. Teses n. 22 — Florianópolis/SC — 2 a 6/maio/82, 28 p.

MIRANDA, Pontes de. *Sistema de ciência positiva de direito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi: 1972, pp. 145-165.

PAUPÉRIO, A. Machado. *A legalidade, a realidade social e a justiça: a ordem política, social e econômica e os valores humanos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983. 174 p.

PINTO, João Batista Moreira. *A cultura instituinte dos novos movimentos sociais frente à cultura jurídica*. — Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1991. 163 p.

PORTANOVA, Rui. *Motivações ideológicas de uma sentença*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992, 169 p.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 11ª ed. São Paulo, 1988. 741 p.

_____. *Lições preliminares de direito*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva: 1980. 381 p.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Por um ensino alternativo do direito: manifesto preliminar. In: *Lições de Direito Alternativo*: São Paulo: Acadêmica, 1991, pp. 143-154.

_____. Direito com que direito? In: *Lições de Direito Alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 178-204.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 768.

SOARES, Orlando. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 338 p.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Movimentos sociais — emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito. In: *Revista de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, pp. 131-142.

VÁRIOS AUTORES. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, estado e direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989. 176 p.

_____. *Introdução do pensamento jurídico*. São Paulo: Acadêmica, 1991, 152 p.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. *Poder Judiciário: crises, acertos e desacertos*. Trad. de Juarez Tavares. São Paulo: RT, 1995. 216 p.

Notas:

1 — MIRANDA, Pontes de. *Sistema de ciência positiva de Direito*, p. 160.

2 — Uma abordagem história ampla dos novos movimentos sociais foi feita por João Batista Moreira Pinto em decorrência de sua dissertação de mestrado na UFSC, tendo como título *A cultura Instituinte dos Novos Movimentos Sociais frente à Cultura Jurídica*, obra que nos orientou sobremaneira na consecução desta pesquisa.

3 — PAIVA, JM. *Comunidades Eclesiais de Base*. in PINTO, João Batista Moreira, *A cultura instituinte dos novos movimentos sociais frente à cultura jurídica*, p. 21.

4 — PINTO, *ob. cit.*, p. 24.

5 — PINTO, *ob. cit.*, p. 29.

6 — Paradigma cujo nome foi cunhado por José Eduardo Faria.

7 — Conceito de VASQUES, A. S. *Filosofia da práxis*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª ed., p. 4. In SHERER-WARREN, Ilse, *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, p. 9.

Destaque

- 8 — SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. *Movimentos sociais — emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito*, p. 131.
- 9 — RIOS, José Artur. *Dicionário de Ciências Sociais*, p. 789.
- 10 — SHERER-WARREN, Ilse, *ob. cit.*, p. 9.
- 11 — PINTO, *ob. cit.*, p. 70.
- 12 — PINTO, *ob. cit.*, p. 67.
- 13 — PINTO, *ob. cit.*, p. 83.
- 14 — PINTO, *ob. cit.*, p. 82.
- 15 — PINTO, *ob. cit.*, p. 91.
- 16 — PINTO, *ob. cit.*, p. 138.
- 17 — PINTO, *ob. cit.*, p. 102.
- 18 — PINTO, *ob. cit.*, p. 106.
- 19 — PINTO, *ob. cit.*, p. 106.
- 20 — PINTO, *ob. cit.*, p. 106.
- 21 — PINTO, *ob. cit.*, p. 138.
- 22 — Boaventura de Souza Santos. Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada, in *O direito Achado na Rua*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1987. SOUZA JUNIOR, José Geraldo, *ob. cit.*, p. 140.
- 23 — PAUPÉRIO, Arthur Machado. *A legalidade, a realidade social e a Justiça*, p. 77.
- 24 — Concepção extraída de Antônio Carlos Wolkmer. *Ideologia, Estado e Direito*, p. 75.
- 25 — WOLKMER, *ob. cit.*, p. 78.
- 26 — WOLKMER, *ob. cit.*, p. 125.
- 27 — Classificação extraída de Roberto Lyra Filho.
- 28 — LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*, p. 21.
- 29 — WOLKMER, *ob. cit.*, p. 127.
- 30 — AGUIAR, Roberto. *O que é justiça*, p. 62.
- 31 — PORTANOVA, Rui. *Motivações ideológicas de uma nova sentença*, p. 64.
- 32 — Horácio Wanderley Rodrigues. *Por um ensino alternativo do direito. Manifesto preliminar*, in *Lições de Direito Alternativo*, p. 144.
- 33 — PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Ob. cit.*, p. 30.
- 34 — Baseado em Edmundo Lima de Arruda Júnior. *Direito Alternativo — Notas sobre condições de possibilidade*, in *Lições de Direito Alternativo*, p. 74.
- 35 — ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder judiciário: crise, acertos e desacertos*, p. 185.
- 36 — SOARES, Orlando. *Criminologia*, p. 318.
- 37 — ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Ob. cit.*, p. 165.
- 38 — AGUIAR, Roberto. *Ob. cit.*, p. 115.
- 39 — MACHADO, Marcelo Lavenère. *Justiça social e Direito injusto*, p. 23.
- 40 — REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*, p. 272.
- 41 — SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p. 193.

- 42 — DEMO, Pedro. *Pobreza política*, p. 10.
43 — ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Ob. cit.*, p. 160.
44 — MACHADO, *ob. cit.*, p. 28.
45 — AGUIAR, Roberto. *Ob. cit.*, p. 59.
46 — PAUPÉRIO, Arthur Machado, *ob. cit.*, p. 77.
47 — MACHADO, Marcelo Lavenère. *Justiça social e Direito injusto*, p. 28.